

MODERNIDADE NA CIDADE E NA HABITAÇÃO

Lillian Fessler Vaz - PROURB/FAU

ABSTRACT

This is an exploratory study on the transformations of collective housing, which is considered a sign of modernity. In the city of Rio de Janeiro, these transformations have been noticed since the tenements of the nineteenth century until the first apartment buildings in the early thirties. The modernisation of this housing pattern is a highly complex, contradictory and excluding social process.

Introdução

Neste texto são discutidas algumas das transformações sócio-espaciais observadas no decorrer dos tempos modernos na cidade, em particular na habitação da cidade do Rio de Janeiro. A categoria de habitação adotada é a da habitação coleti-

va, que consideramos como o padrão específico dos tempos modernos, assim como um dos mais importantes elementos constitutivos do ambiente construído da cidade moderna.

A partir de estudos anteriores, em que foram desenvolvidas as bases conceitual, teórica, empírica e a história da habitação coletiva - dos cortiços aos edifícios de apartamentos - (Vaz, 1994), desenvolvem-se aqui reflexões sobre modernidade e espaço. A periodização adotada prioriza a época denominada da "transição", ou da emergência da modernidade, englobando as quatro últimas décadas do século XIX e as quatro primeiras do século XX.

No caso carioca, a trajetória da modernização dos espaços urbanos constituiu-se de um processo social complexo, contraditório e excludente. As questões que analisamos - a relação entre o público e o privado e entre a moradia e o tra-

balho, a fragmentação dos espaços e a exclusão social - procuram estabelecer um paralelo entre a escala urbana (da cidade) e a escala arquitetônica (da habitação). Nessa análise procuramos não permanecer na esfera teórica, conectando-a passo à passo ao seu referencial empírico e cotidiano, em movimentos sucessivos, articulando a teoria à empiria. Finalizando, apresentamos alguns temas atuais dos estudos urbanos que remetem aos conceitos e às questões levantadas.

O individual e o coletivo na cidade

A aglomeração crescente de pessoas em grandes cidades constitui uma das primeiras e mais marcantes manifestações da modernidade. A concentração espacial nas cidades faz emergir o caos urbano, a crise sanitária, a crise habitacional, a multidão e a pobreza, entre outras manifestações, e as respectivas reações a elas, de engenheiros, urbanistas, sanitaristas, reformistas, filantropos, analistas sociais, literatos e outros. A multidão, no seu deslocamento cotidiano nas ruas das cidades modernas, torna-se objeto do interesse de intelectuais que comparam sua imagem à do formigueiro, da colmeia, das vagas do oceano, da luta pela sobrevivência na selva e do Inferno. Em muitas dessas representações, a multidão significa a aglomeração e o coletivo em mais alto grau; em contraponto, a solidão é o isolamento do indivíduo levado ao extremo. Muitos autores associaram esses dois conceitos, ao analisar a vida urbana. Para Baudelaire, por exemplo, a multi-

dão e a solidão eram pares indissociáveis. A multidão dissolve o indivíduo; por isso, a massa humana pode ser considerada como um aglomerado de anônimos que buscam o reconhecimento de sua identidade. Nessas condições, a necessidade de afirmar a identidade de cada um se repete em inúmeras ocasiões, contribuindo para o processo de desenvolvimento do individualismo. No que diz respeito aos ambientes urbanos, a concentração de pessoas nos espaços públicos promove voluntária ou involuntariamente novas formas de contato e de interação, despertando diferentes reações. Quando a interação nesses espaços públicos é percebida como excessiva, ela induz à busca do seu inverso: o isolamento em locais individualizados. A multidão pressupõe espaços públicos; o indivíduo, espaços privados. A relação entre esses dois elementos está presente nas mais diferentes abordagens sobre a cidade e a moradia.

Na temática da relação entre o coletivo e o individual, há perspectivas bastante diferenciadas, desde o consumo coletivo de equipamentos e serviços coletivos, pertinente à economia e à sociologia urbanas recentes, até a relação público / privado, clássica da antropologia e da psicologia, incluindo ainda os processos em si de emergência e formação do indivíduo e os processos de socialização.

O processo de coletivização pode ser analisado na escala urbana e na escala arquitetônica. Na escala da cidade, a esfera por excelência da vida pública, observa-se ao longo do século XIX a socialização nos meios de consumo denominados de coletivos, em particular, nos transportes e no abas-

tecimento d'água. Estes serviços públicos foram progressivamente atendendo a um número maior de pessoas: inicialmente, apenas às classes abastadas, mas, à medida que as inovações se difundiram, também às massas. A democratização dos meios de transporte coletivos motivou Flaubert a afirmar que "a invenção do ônibus supõe a morte da burguesia" (Perrot, 1990:313). Afinal, isso não aconteceu, pois a burguesia passou a fazer uso de compartimentos reservados (vagões e cabines de primeira classe), e depois do automóvel individual, buscando o isolamento e a distinção.

No que diz respeito às infra-estruturas, o caso dos sistemas de distribuição de água também é sugestivo. Este sistema consistia inicialmente de um conjunto de bicas e chafarizes situados em praças e ruas para uso público, portanto, coletivo. O consumo da água tornou-se posteriormente unifamiliar, quando o fornecimento passou a ser domiciliar, a partir dos modernos sistemas hidráulicos que se utilizavam das inovações técnicas da engenharia civil. O banho, da mesma forma, era um serviço coletivo: grandes casas de banho ofereciam à população banhos a preços módicos. Banheiros nas residências eram um luxo, um conforto exclusivo das camadas ricas, que só lentamente foi estendido às camadas médias e baixas.

O objetivo, ao apresentar os dois exemplos acima, é de demonstrar que, num primeiro momento, a aglomeração e a expansão urbanas induzem à progressiva coletivização do consumo. Num segundo momento ambos trazem também o seu termo de oposição, a privatização ou a

individualização desse consumo, aparecendo claramente a imbricação entre o individual e o coletivo.

O individual e o coletivo na habitação

Na escala arquitetônica, a evolução dos tipos de moradia coletiva permite acompanhar este processo como, por exemplo, através da verificação do aumento e da diversificação dos equipamentos utilizados coletivamente. Nas antigas estalagens ou cortiços, dividia-se o uso do pátio ou corredor, dos tanques ou bicas, das latrinas ou retretes, dos lavatórios ou banheiros, entre outros elementos da edificação. Nos modernos edifícios de apartamentos compartilham-se as circulações horizontais (portarias e corredores), as verticais (escadas e elevadores), os jardins, as garagens e por vezes "play-grounds" ou outros equipamentos de lazer. As instalações sanitárias, os banheiros e áreas de serviço passaram a ser utilizados privadamente, mas há mais sistemas comuns além de água e esgoto: os sistemas de luz e força, de gás, de telefone, de lixo, de prevenção de incêndio, de serviços de segurança (porteiros) e de limpeza (faxineiros) e, por vezes, outros equipamentos e serviços de segurança. Os novos elementos de consumo coletivo não se apresentam ostensivamente como os antigos, mas embutem-se nas paredes, como se fossem invisíveis. Se observarmos, além dos tipos considerados, ainda os padrões de habitações coletivas posteriores ao edifício de apartamentos, como os condomí-

nios fechados e os apart-hotéis, veremos que há vários novos equipamentos e serviços de uso compartilhado, indicando que o processo de coletivização se acentua.

A essência da noção de habitação coletiva reside precisamente na concentração de indivíduos partilhando elementos de uso comum. É essa condição que queremos destacar, assinalando no entanto, que a ação de compartilhar não deve ser confundida com a de cooperar, pois não cria necessariamente relações de cooperação entre as pessoas envolvidas. Chamamos de coletivização a progressiva aglomeração de indivíduos partilhando elementos comuns da moradia.

Uma reflexão sobre a habitação coletiva não poderia se furtar a uma investigação sobre o sentido do "coletivo", característica essencial do objeto, que o identifica e o nomeia. A etimologia do termo -coletivo- traz o sentido do "que abrange ou compreende muitas coisas ou pessoas", derivado do latim "colligere" (reunir), sinônimo de "associare" (agrupar, congregar pessoas). O sentido de coletivo constroi-se por oposição ao sentido do isolado, do individual. Esta polaridade entre o individual e o social; entre o isolado e o agrupado; entre o privado e o público revela-se também no edifício de apartamentos. A etimologia da palavra apartamento (a/parte), traz o sentido de "ação e feito de apartar, separação, afastamento", pois se trata de um "quarto (ou) aposento desviado" e mesmo de "retiro e solidão". Portanto, originalmente, o tipo de moradia que intensifica o processo de sua coletivização contém, ao mesmo tempo, a condição de isolamento do indivíduo.

O individualismo foi apontado por diferentes autores como uma das marcas da modernidade. Assim como o automóvel particular e a casa isolada se tornaram emblemáticos do indivíduo moderno, os sistemas de transporte coletivo e as primeiras habitações coletivas se tornaram signos da emergente sociedade moderna. Mas os edifícios de apartamentos foram interpretados tanto de uma como de outra maneira, e até como um meio-termo entre o público e o privado, entre a casa e a rua: "... o apartamento já é uma meia rua pelos mil tributos que rende à vida coletiva do prédio." (Editorial da Rev. Sul América 100/101, jan/jun 1945). A habitação coletiva torna-se pois, um objeto privilegiado de observação da tensão entre o individual e o coletivo.

À medida que a habitação coletiva se modernizava, o seu espaço construído tornava-se progressivamente mais coletivo. Este processo de socialização do espaço foi incentivado pelo sentido da produção capitalista, de obter o máximo aproveitamento do lote, isto é, de construir prédios com o maior número possível de unidades habitacionais, e de reduzir ao mínimo alguns elementos da moradia, cuja utilização era forçosamente partilhada pelos moradores. O aproveitamento do terreno foi progressivamente ampliado, graças às diferentes formas de ocupação do solo e, principalmente, às técnicas de construção. As possibilidades deste aproveitamento foram ampliadas através das inovações técnicas e limitadas através das posturas municipais sobre construções e uso do solo, que visavam salvaguardar as condições mínimas de segurança, higiene e conforto da habitação,

impedindo o adensamento excessivo. Enquanto a imposição econômica, de produzir o maior número de unidades habitacionais por lote, induzia ao adensamento, a imposição higiênica e moral o restringia, por considerar o adensamento insalubre e promíscuo. Nesse sentido, adotamos a formulação de Barbey (1984:26), segundo o qual o grau de aglomeração da habitação coletiva se definia na tensão entre a economia, a higiene e a moralidade.

A associação da condição de coletiva da habitação à condição de popular está ancorada nas suas origens. Segundo Guerrand (1984:65), "la casa de renda" (maison à loyer parisiense) se dividia em "casa de pisos" (edifícios de apartamentos de luxo) e "edifícios colectivos" (edifícios de apartamentos econômicos). Esta denominação reserva, portanto, a associação do coletivo às camadas populares, desassociando-o das burguesas. No Rio de Janeiro se procurou deliberadamente ignorar, abstrair ou descolar a condição de popular da moradia coletiva, à medida que seu consumidor deixava de ser o trabalhador pobre, morador do cortiço, e passava a ser a classe média, moradora do edifício de apartamentos. Assim, a expressão "habitação coletiva" foi substituída por "habitação multifamiliar" na legislação urbanística.

Fragmentação do espaço da cidade

A aglomeração não é distribuída homogeneamente no espaço. As classes sociais e as atividades concentram-se, formando áreas residenciais, centrais e indus-

triais. À medida que se expande o aglomerado urbano, a cidade se fragmenta crescentemente.

A fragmentação (ou a segmentação) do espaço é apontada por diferentes autores (Berman, 1986; Harvey, 1989; e Gomes e Costa, 1988) como um dos marcos da modernidade. A fragmentação, enquanto noção de divisão e atomização de um todo em partes, e que guarda a relação entre o todo e as partes, é um conceito adequado para lidar não só com a divisão, a separação, e o isolamento, mas também com a aglomeração. Assim, é possível lidar com as questões como do indivíduo/ sociedade, do público /privado e da coletivização /privatização sem perder de vista a tensão entre o todo e as partes.

Dentre os estudos teóricos sobre as origens da segmentação, destacamos os que estabelecem um paralelo entre o processo progressivo da divisão e da especialização do trabalho e o da divisão e da especialização do espaço. Esse processo, em suas dimensões funcional, se revela, na escala urbana na separação entre zonas centrais, industriais e residenciais; e em sua dimensão social, na segregação entre centro e periferia e entre áreas residenciais ricas e pobres.

Tomando como ponto de partida o trabalho na emergência do capitalismo, diferentes temas podem ser desdobrados do ponto de vista econômico, social e técnico. Destacamos a separação que se processa a partir da Revolução Industrial entre o trabalhador e os seus meios de produção e de reprodução, considerando-se, entre estes, a moradia. A ruptura entre a esfera da

produção e da reprodução apresenta um rebatimento temporal - a separação do tempo de trabalho e do não-trabalho -, e um rebatimento espacial - o afastamento dos espaços do trabalho e do não-trabalho. Isso significa, em última instância, a ruptura entre viver e trabalhar.

Para Habermas (1987), a partir dos tempos modernos, a moradia, as edificações em geral, a cidade enfim, passaram a ser produzidas de novas maneiras. Os espaços construídos responderam às exigências da industrialização e da modernização social. Novas "esferas de vida" surgiram no âmbito do trabalho e do não-trabalho, a partir da fábrica e do seu contraponto, o "slum", o cortiço, ou a vila operária - a habitação coletiva. As novas "esferas de vida" atenderam aos imperativos não só da produção, mas também da circulação de mercadorias (lojas de departamentos, depósitos, mercados, pavilhões de exposição), cujo transporte impôs o surgimento de estações, pontes, túneis, viadutos. Com o emburguesamento da cultura surgiram óperas, bibliotecas e escolas, como são compreendidos hoje. A nova sociabilidade burguesa fez surgir cafés-concerto e novos tipos de clubes, estádios, hipódromos e finalmente, o cinema. O desenvolvimento do setor terciário fez surgir bancos, bolsa de valores, estabelecimentos de serviços diversos e edifícios de escritórios.

Uma vertente da literatura sobre o espaço, ligada à arquitetura e ao urbanismo, busca identificar quando, onde e como se verificou a ruptura da unidade moradia/trabalho e a consequente divisão e especialização do espaço. Heckling (1989:23) iden-

tifica, resumidamente, quatro fases históricas na relação moradia/trabalho. A primeira fase, da "dissolução da identidade espacial entre espaço de trabalho e espaço de moradia no interior da casa", ocorreu quando se criaram construções separadas para a função "trabalho" (fábricas) e para a função "moradia" (casas de aluguel). Na etapa seguinte, a "dissolução da identidade espacial entre produção e reprodução na vizinhança" se efetuou com o surgimento das áreas industriais e centrais, concentradoras das funções secundárias e terciárias, respectivamente. Na terceira etapa, o desenvolvimento das atividades centrais e dos transportes tornou o local de moradia cada vez mais independente e distante do local de trabalho. Finalmente, na quarta fase, a metropolitana, rompeu-se a identidade político-espacial entre centro e periferia, pois muitas vezes os locais de moradia e de trabalho passaram a situar-se em unidades político-administrativas diferentes. A análise de Heckling, que ressaltava o progressivo afastamento das esferas da moradia e do trabalho, mostra, de maneira simplificada, não somente etapas do crescimento urbano, mas principalmente as etapas da fragmentação do espaço na transição da cidade tradicional para a cidade moderna.

Fragmentação do espaço da habitação

A segmentação /especialização dos espaços construídos resultou no surgimento de "novas esferas de vida", que, no domínio da arquitetura, acarretou a criação

de novos tipos arquitetônicos, entre os quais a fábrica e o edifício de escritórios. À medida em que outras esferas de vida surgiam, as anteriormente existentes foram sendo reduzidas em suas atividades e sentidos originais. A habitação é a que melhor expressa este esvaziamento ocorrido em meio a intrincados processos de transformação.

Olsen (1986) demonstrou que as transformações no interior da habitação desde a Idade Média não podem, como acontece via de regra, ser reduzidas apenas ao progresso gradual de meios de conforto e privacidade. Outras transformações são fundamentais, inclusive as referentes à organização interna dos espaços. A passagem progressiva da promiscuidade do "great hall" de uso múltiplo da casa medieval para o "quarto individual" da casa moderna é paradigmática desta transformação. Na casa medieval imperava a máxima proximidade física ao trabalhar, comer, brincar e dormir. Ambientes multifuncionais eram regra nas casas aristocráticas, camponesas ou artesãs. As linhas divisórias entre o público e o privado, entre o doméstico e o cívico, entre o interior e o exterior, entre o pessoal e o coletivo e entre ambientes funcionais foram se tornando mais definidas até o século XIX. O trabalho foi deslocado para outros ambientes e a casa medieval, com seu "great hall", foi sendo lentamente substituída pela casa renascentista, de muitos cômodos sucessivos sem corredores nem privacidade, e esta, por sua vez, pela habitação moderna, subdividida em cômodos unifuncionais, aos quais se tem acesso através de corredores exclusivos

para a circulação. Os espaços multifuncionais, usados coletivamente, foram substituídos por ambientes monofuncionais e quartos individuais. O desenvolvimento da engenharia contribuiu para a definição de uma infra-estrutura fixa própria para o espaço sanitário da casa - o banheiro. Impôs-se um distanciamento crescente entre as demais atividades exercidas no interior da casa, entre famílias e criados, entre marido e mulher, entre pais e filhos, entre sexos e entre gerações.

No caso do Rio de Janeiro, pode-se observar como as construções se especializaram. Ao invés de sobrados com loja à frente, oficina e depósito nos fundos, habitação do patrão no primeiro pavimento e dos ajudantes ou caixeiros no segundo, surgiram edificações próprias para o comércio, para a indústria, para a moradia do patrão e a dos empregados. Se a unidade moradia/trabalho encontrava seu espaço no interior da habitação, esse conceito era, necessariamente, mais abrangente do que hoje. Efetivamente, o próprio sentido do termo habitação se reduziu consideravelmente. É o que se deduz da leitura de vários documentos como o Cadastro das Habitações do Distrito Federal de 1895, que informava o número de habitações por freguesia, discriminando os seus tipos por ordem alfabética: desde armazéns, armazéns, alfaiatarias, açougues, arsenais, botequins, até padarias, residências particulares, repartições públicas e teatros. A soma total dava conta do número de domicílios da cidade inteira. Isto significa que provavelmente as pessoas moravam em todos os tipos de

edificações, junto a todas as atividades produtivas ou não. Todas as construções eram habitações.

Da etimologia da palavra morar (demorar-se, ficar), e de habitar (instalar, ter muitas vezes, ocupar) ou então de "ter repetidamente um local para estar ... ocupar e viver por tempo não definido..." pouco resta da amplitude e da riqueza do sentido de viver (Vaz, 1994:212). Se antes a casa era o espaço de múltiplas esferas da vida, aos poucos restringiu-se ao espaço do não-trabalho

Para analisar as transformações no interior da casa é preciso considerar também o padrão familiar e a passagem da família extensa à família nuclear. O morar de uma família tradicional brasileira, com seus escravos e agregados aparentados ou não, no início de século XIX, era bem diferente do morar no final do século. A imposição de regras de higiene, a moral burguesa, a redução da criadagem e o novo papel da mulher redefiniram o uso dos espaços internos da casa e da relação privado/público. O centro da vida no interior da moradia tradicional - a sala dos fundos ou varanda -, que dava acesso à cozinha e ao pátio interno, perdeu seu sentido múltiplo. As atividades que lá se realizavam passaram a dispor de espaços e/ou agentes especializados: a produção dos objetos do cotidiano, o ensino das crianças maiores, os cuidados das crianças menores, da saúde dos familiares, etc.

Várias destas considerações, no entanto, cabem apenas para as habitações das classes abastadas, pois nas habitações populares a exiguidade dos espa-

ços não permitia a especialização. As antigas habitações coletivas eram ambientes de vida que ainda guardavam a condição de ambientes de trabalho e de não-trabalho. Neste sentido, devem ser consideradas como focos de resistência ao processo de separação e especialização dos espaços.

Fazendo surgir novos agentes para antigas atividades, a progressiva divisão do trabalho esvaziou ainda mais a função da moradia. Lima (1960:25), analisando a modificação do estilo de vida da classe média brasileira, identifica por volta de 1930 uma "revolução habitacional", inaugurada pelo edifício de apartamentos. A residência de origem patriarcal, fosse nos sobrados, palacetes, chácaras, mansões, fosse nas vilas ou casinhas de porta-e-janela desagregou-se junto com a tradicional família brasileira. A estrutura casa/família - que assegurava a todos os seus membros o "direito de nascer em casa, de brincar em casa, de comer em casa, de aniversariar em casa, de noivar em casa, de amar e procriar em casa, e, sobretudo, o direito de adoecer e morrer em casa" (Lima, 1960: 25) -, desaparecia, atomizando as pessoas em diferentes instituições especializadas para cada momento de vida. À medida que as muitas atividades que eram exercidas na moradia passam a ser realizadas nas fábricas, nos clubes, nos restaurantes, nas escolas, nos hospitais etc, reduziu-se o tempo passado no interior da moradia.

Outro aspecto da fragmentação presente na análise da moradia é a separação das classes. No período escravista, a diferença social entre as pessoas era incontestável, estampada no próprio corpo, na

cor da pele. Com a modernização da sociedade e a democratização em vários sentidos, a diferenciação tornou-se desejada pelos que se viam ameaçados pela igualdade e pela liberdade. A moda e a arquitetura se tornaram instrumentos poderosos para a afirmação da superioridade de uns e a conseqüente inferioridade de outros. No ambiente da habitação, a zona de serviço foi afastada do corpo da casa. Nos primeiros edifícios os "quartos de criadas" foram afastados dos apartamentos e concentrados nos últimos pavimentos. Posteriormente, imposições de ordem econômica e técnica reaproximaram estes ambientes. Mas a contiguidade espacial foi claramente demarcada por acessos, percursos, materiais, dimensões e simbologia próprias, separando indiscutivelmente os espaços dos patrões e dos empregados. A separação social/serviço incorporou-se ao modo moderno de morar, estampando até na arquitetura da habitação a extrema diferenciação socio-econômica da sociedade brasileira.

A divisão da propriedade fundiária e imobiliária é uma face privilegiada da análise do processo de fragmentação. Particularmente no caso brasileiro, em que a crescente repartição e apropriação da terra pode ser observada desde a instituição das capitanias hereditárias e da concessão de sesmarias, até as vendas nos loteamentos. A evolução do prédio de apartamentos ilustra a progressiva divisão da propriedade imobiliária. Santos (1981:76) articula à arquitetura a fragmentação da habitação:

"Na arquitetura reduzem-se os programas, primeiro pelo fracionamento da grande propriedade em loteamentos, cada terreno se repartindo em numerosos outros, em cada um dos quais se erguiam casas de menores proporções; depois, na substituição da casa individual pelo prédio coletivo de apartamentos que reunia na mesma casa muitas famílias, a princípio pertencendo todo o prédio a um só proprietário, depois a proprietários distintos, um para cada pavimento; finalmente no fracionamento de cada pavimento em unidades separadas de condomínio - seqüência que traduz um inequívoco processo de democratização."

A análise de Santos mostra ainda como a fragmentação da propriedade do solo urbano em número sempre maior de parcelas e em frações cada vez menores remete às questões da democratização, da socialização da propriedade e da moradia. Efetivamente, a reconstrução histórica mostra que essa era uma esperança e uma promessa várias vezes repetida; mas mostra também que na realidade o que se verificou foi, ao contrário, a reiterada exclusão.

Exclusão - modernização da cidade

A instauração da modernidade significou, em muitas cidades, a exclusão de grande parcela da população dos novos espaços e meios de consumo coletivos. Nas grandes cidades brasileiras, esta exclusão é patente e se estampa no espaço sob a forma de favelas e periferias. A modernização da cidade do Rio de Janeiro constituiu um claro exemplo do processo de exclusão. A

implantação dos modernos sistemas de abastecimento d'água, de eliminação de esgotos, de iluminação pública e de transporte significou a substituição da força de trabalho escrava pelas inovações tecnológicas. As obras de reforma urbana, com o saneamento e o embelezamento da cidade eliminaram as condições de habitação popular existentes no centro antigo, expulsando grande contingente de moradores que se dispersaram pelos subúrbios, pelas casas de cômodos remanescentes e pelas favelas. Estas últimas passaram a fazer parte da imagem urbana carioca, num claro contraponto à modernização.

Há alguns estudos esclarecedores sobre os processos e conexões entre modernização e exclusão. Abreu (1987) demonstra como a estruturação da cidade do Rio de Janeiro desde o século XIX foi também um processo de expulsão das populações pobres do núcleo, uma verdadeira "depuuração sócio-espacial" na qual o Estado foi um dos principais agentes. Referindo-se também ao Rio de Janeiro, Santos (1983:28) remete a atuação do Estado na exclusão social: "a história da evolução urbana recente pode ser resumida como a do progresso das maneiras de criar áreas privilegiadas e de "limpá-las" de presenças indesejadas..."

A reforma urbana do início do século XX deu início à prática contemporânea de transformação do espaço urbano através do contínuo processo de destruição-reconstrução. Devido ao aumento vertiginoso dos preços fundiários e a desvalorização dos antigos terrenos e sobrados, casas velhas passaram a ser demolidas e

não encortçadas. As demolições se propagaram para além das áreas diretamente atingidas pelas obras de reforma urbana, ampliando a renovação das construções. As edificações das ruas não afetadas no momento inicial foram também condenadas, através dos sucessivos Projetos de Alinhamento (PAs.) promulgados. Desta maneira, dava-se continuidade às várias cirurgias urbanas com doses homeopáticas de demolições, removendo o grande impedimento à expansão do setor imobiliário: a limitada disponibilidade de lotes para novas construções em áreas ocupadas. O processo de demolição de casas velhas e sua substituição por prédios novos - a renovação urbana -, constituiu uma nova face da modernização e da exclusão. Posteriormente, a verticalização acentuou o processo duplo de modernização/ exclusão, pois "... só se construíam habitações caras ou prédios de escritórios e só se demoliam casas velhas, baratas, transformadas em casas de cômodos, habitadas por muitas famílias" (Notas Editoriais. Obs. Econômico e Financeiro, no 102, jul. 1944, p 62).

Da mesma forma que a modernização urbana significou a exclusão de grande parcela da população dos novos espaços e dos meios de consumo coletivos, a modernização da moradia também se revelou excludente. Para examinar este processo, devemos ressaltar alguns aspectos da história da moradia coletiva. Não é sem razão que esta história tem como ponto de partida a moradia popular do Rio Antigo (cortiços) e de chegada, o padrão moderno de habitação das classes médias (edifício de apartamentos).

Exclusão - modernização da habitação

O primeiro momento da exclusão verificou-se ainda no século XIX, em meio à crise sanitária com a imposição da solução adotada para a questão da moradia popular: a substituição dos cortiços insalubres por casas higiênicas e econômicas. Quando os proprietários e arrendatários de cortiços, pressionados pelo Poder Público, renovaram e higienizaram suas estalagens, aumentaram também os aluguéis, o que provocou a renovação dos seus moradores, expulsando os que não podiam pagar as benfeitorias. Quando as primeiras vilas de casas higiênicas foram inauguradas, seus ocupantes não eram os "desfavorecidos da fortuna" a quem se destinavam originalmente, nem seus aluguéis eram os "módicos" estabelecidos quando das concessões de favores aos empresários. Foram estes empreendimentos, dirigidos às camadas populares sem recursos suficientes para obter moradia no mercado e realizados com apoio governamental, que viabilizaram o surgimento do moderno setor de produção de moradias. No entanto, a indústria da construção de habitações, à medida que produzia novos tipos para o mercado atendendo às imposições legais e técnicas, dirigia os a parcelas do mercado de poder aquisitivo cada vez mais elevado.

No Rio de Janeiro, o edifício de apartamentos surgiu como moradia da alta classe média, consagrando o emburguesamento da categoria e estabelecendo uma exclusão radical. O "apartamento, de casa

de pobre, tornou-se a residência preferida dos ricos" (Goulart, 1957:19):

"A idéia inicial de habitações coletivas, higiênicas e relativamente confortáveis, do tipo "apartamento", surgiu exatamente para possibilitar a localização de elevado número de pessoas em pequenas áreas, próximas ao local de trabalho, pois de outro modo, seriam necessárias grandes extensões de terreno para as residências de centenas e mesmo milhares de famílias. A nossa imprevidência habitual preferiu, como é visível, a segunda hipótese, a par de transformar este tipo de habitação em ambientes de luxo, utilizados pelas classes abastadas, com os requintes de conforto... No Brasil, a quantidade de fazendeiros, donos de canaviais no nordeste, de plantações de cacau na Bahia, de seringais no Amazonas, e outros, que residem em apartamento no Distrito Federal, é enorme."

A legislação sobre construções incorporou o novo modelo de edifício de apartamentos, impondo-o como padrão de moradia multifamiliar e proibindo avenidas, vilas e barracos. O Estado, através da sua vertente normativa desempenhou um papel ativo na exclusão ao proibir cortiços, avenidas e barracos, e ao dificultar as pequenas construções vernaculares nos subúrbios, eliminando estes tipos das alternativas formais de habitação. Assim, a legislação ampliou a modernização da moradia, ratificou o seu caráter elitista e ainda lançou na ilegalidade as moradias às quais os pobres ainda podiam ter acesso.

Os que não podiam pagar pelo novo tipo de moradia, mas nele encontravam seu espaço de trabalho - porteiros,

faxineiros, empregadas -, restringiam-se a espaços segregados. A exclusão no interior dos edifícios de apartamentos é claramente definida pelos espaços "social" e de "serviço", que, segundo Lemos (1989:79), é uma "exclusividade nacional". Excluídos eram também os que o haviam construído, como "O Pedreiro Waldemar", (samba de Wilson Batista e Roberto Martins, 1948):

"Você conhece o pedreiro Valdemar?...
De madrugada toma o trem na Circular
Faz tanta casa e não tem casa para morar...
O Valdemar que é mestre no ofício
Constrói um edifício e depois não pode entrar..."

No longo trajeto de modernização da habitação, adaptando-se "aos usos e necessidades modernas", a negação de estender suas vantagens a toda a população foi reiterada. Ironicamente, a possibilidade de prover habitação para os necessitados serviu, muitas vezes, de argumentação para viabilizar a emergência de novos tipos, técnicas e sistemas de produção que, uma vez estabelecidas, ratificavam a exclusão. Assim, desde as "casas para operários e proletários" que eliminariam os altos aluguéis, a promiscuidade e a insalubridade, até os primeiros edifícios de apartamentos, que anunciavam a produção em massa e o barateamento da moradia, seus moradores situavam-se sempre num nível de renda bem superior ao dos destinatários prometidos.

No caso do edifício de apartamentos, o mais excludente dos tipos considerados, a promessa era múltipla. Já em

1928 se alegava que as casas de apartamentos "representa(ria)m, de fato, a única solução, não só para a crise de falta de habitações, como, igualmente, para o barateamento das mesmas" (A Casa, Rev. do Lar, fev. 1928, p 28). Por um lado, o tipo arquitetônico permitia multiplicar inúmeras vezes o número de unidades habitacionais em cada construção, eliminando o problema do alto custo dos terrenos e portanto produzindo muitas moradias e reduzindo o custo do terreno por apartamento. Posteriormente, o sistema de produção -, a incorporação -, prometia democratizar o acesso à moradia, fracionando o imóvel, que seria: "um meio de realizar socialmente a propriedade, dando forma, desse modo, a uma das mais acentuadas tendências do nosso tempo, que é socializar todas as utilidades humanas." (Obs. Econômico e Financeiro 106, nov. 1944, p 157). No entanto, esse mesmo artigo já admitia que "...alguns consideravam a incorporação responsável pela alta de preços de imóveis que (vinha) se verificando...", ou seja, pela exclusão daqueles que não podiam pagar por ela.

Este ponto constitui um denominador comum nas transformações das habitações coletivas. Vimos, efetivamente, que o nascimento do modo moderno de produção de habitações deu-se em função das classes populares e trabalhadoras, e que a necessidade de prover moradias adequadas a esta população era o argumento utilizado a cada passo da modernização. As promessas de solução para a crise de habitação recolocam sempre a relação entre a modernização da habitação e a moradia

popular. Assim as casas higiênicas, os familistérios, as vilas operárias, as casas de apartamentos e os edifícios de apartamentos foram consideradas como sólidas e consistentes promessas... que se desmancharam no ar.

Finalmente, cabe destacar que este processo de modernização excludente caminhava em direção a uma contradição. O modo moderno de produção da moradia tendia à produção em massa já no século XIX, no entendimento de autores como Barbey (1984). Para outros, a construção maciça de habitações nos países centrais a partir do pós-guerra seria parte do contexto do desenvolvimento fordista e do Estado do bem-estar. A construção em grande escala implicaria a produção e o consumo de massa, isto é, implicaria a incorporação das massas ao consumo de seus produtos. Entre nós, no entanto, a modernização deste setor, devido à sua natureza excludente, não significou a difusão dos melhoramentos nem o acesso das massas às conquistas sociais e técnicas. A modernização excludente da cidade e da moradia no Rio de Janeiro inverteu as premissas da modernidade (Soria, 1988), pois não significou a universalização do mercado, nem a universalização da produção de bens materiais e nem a universalização dos direitos do homem e do cidadão.

Hoje, a discussão sobre a modernidade recoloca questões sobre os processos de transformação sócio-espacial, tanto

os passados como os presentes. Os discursos provenientes do campo da análise, como o dos cientistas sociais, quanto do campo do projeto, como o dos urbanistas, remetem aos mesmos conceitos e preocupações.

As novas formas de habitação coletiva como os condomínios fechados e os apart-hotéis socializam uma série de serviços internos (como lavandarias, espaços de lazer, escolas e creches, pequeno comércio) exatamente como o propunham antigos projetos para conjuntos habitacionais operários, que não foram construídos ou foram combatidos justamente pela condição de socializar "excessivamente" os indivíduos. Por outro lado, os condomínios exclusivos ao se fecharem com muros e grades, interiorizando ruas, praças, calçadas e outros espaços, inauguram uma condição intermediária entre o público e o privado, que vem sendo chamado de coletivo. Dentre as novas tipologias arquitetônicas e urbanísticas são nos exemplos comerciais, nos shopping-centers que melhor se observa a seletiva privatização/ coletivização dos espaços públicos.

O desenvolvimento de novas tecnologias e modos de comunicação revolucionaram, por sua vez, os espaços destinados ao trabalho e sua relação com a moradia e a cidade. Além dos apart-hotéis, dos condomínios fechados e dos shopping-centers, os centros administrativos, empresariais, direcionais, tecnopolos, edge-cities e outros exemplos recentes ilustram a atualidade das questões levantadas.

As preocupações sobre a privatização do espaço público e a publicização do espaço privado, sobre os novos espaços semi-públicos e coletivos, sua apropriação e sua nova conceituação remetem à questão da relação entre o individual e o coletivo. As preocupações sobre a necessidade de recomposição dos fragmentos remetem à questão da fragmentação, da divisão do trabalho e das novas formas de relação entre a moradia e o trabalho. Finalmente, as preocupações sobre novos guetos e novas formas de assentamentos (principalmente os populares) remetem à questão da exclusão. Na realidade, os exemplos não são exclusivos de cada um dos recortes analíticos utilizados, pois em todos eles, de formas diferentes se imbricam a exclusão e as relações público/privado e moradia/trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M.A. (1987) *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN / Jorge Zahar Editor.
- BARBEY, G (1984). *Wohnhaft. Essay über die Innere Geschichte der Massenwohnung*. Bauwelt Fundamente 67. Braunschweig, Wiesbaden, Vieweg.
- BERMAN, M. (1986). *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar - A Aventura da Modernidade*. São Paulo: Cia das Letras.
- BRESCIANI, M.S. (1982) *Londres e Paris no Século XIX: o Espetáculo da Pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BRESCIANI, M.S. (1985) *Metrópoles: as Faces do Monstro Urbano*. In: *Cultura e Cidades. Revista Brasileira de História*, 5. 8/9: 35-68.
- DA MATTA, R. (1984) *Casa, Rua & outro Mundo: Reflexões sobre o Espaço e a Sociedade*. *Rev. PHAN* 19. Rio de Janeiro: PHAN.
- GOMES, P.C. C. e Costa, R. H. (1988). *O Espaço na Modernidade. O Espaço em Questão - Terra Livre* 5. São Paulo: AGB/ed. Marco Zero.
- GOULART, J.A. (1957) *Favelas do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, s/ed.
- GUERRAND, R. H. (1990) *Espacios Privados*. In: Ariés, P & Duby, G. (Eds.) *Historia de la Vida Privada 4 - De la Revolución Francesa à la Primera Guerra Mundial*. Madrid: Taurus Ediciones.
- HABERMAS, J. (1987) *Arquitetura Moderna e Pós Moderna*. *Novos Estudos Cebrap*, 18: 115 - 124.
- HARVEY, D. (1989) *The Condition of Postmodernity - An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Londres: Basil Blackwell.
- HECKING, G. (1989) *Bevölkerungsentwicklung und Stadtentwicklung*. Städtebauliches Institut der Universität Stuttgart. Einführung Städtebau.
- LEMOS, C. (1989) *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Editora Contexto.
- LIMA, C. de A. (1960) *Imperialismo e Angústia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- OLSEN, D. J. (1986) *The Building and the Dwelling*. IN: D.J. Olsen (Ed.) *The City as a Work of Art*. London, Paris, Vienna. New

- Haven and London, Yale University Press.
- PERROT, M. (1991). *História da Vida Privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, P. F. (1981) *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB.
- SANTOS, C. N. F. (1983) Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros. IN: Valladares, L. (Org.) *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SENNET, R. (1988) *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SORIA, J. I. L. (1988). Las Logicas de la Modernidad. Huaca, *Revista de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Artes*. Lima: Universidad Nacional de Ingeniería.
- SCHORSKE, C. (1988) *Viena Fin-de-Siècle. Política e Cultura*. Campinas e São Paulo: Editora da Unicamp e Companhia das Letras.
- VAZ, L.F. (1994) Uma História da Habitação Coletiva na Cidade do Rio de Janeiro - Estudo sobre a Modernidade através da Moradia. Tese doutorado. FAUUSP